

A pesquisa visa entender como parte o mercado de trabalho porto-alegrense se organizava em relação a designações de cor dos indivíduos, entre 1889 até 1900, tendo em vista a compreensão sobre a influência que a cor da pele representava para a organização das categorias profissionais. Nessa apresentação pretendo mostrar algumas das fontes históricas que podem auxiliar no estudo. Atualmente, a atividade se encontra em estágio inicial, realizando-se a leitura da bibliografia e o levantamento de fontes. A bibliografia utilizada faz referência às designações de cor existentes na sociedade da época, às categorias de trabalho e ao contexto da sociedade porto-alegrense. A leitura indicou fontes a partir das quais o tema pode ser trabalhado, como a documentação policial, os registros da casa de detenção, as licenças da Câmara, os Impostos de profissão, possíveis documentos de fábricas que existiam na época e inventários. Com base nessas indicações de fontes se realiza o levantamento documental. Esse procedimento considera a dificuldade de encontrar fontes que designem cor para o período posterior ao fim da escravidão, em função da perda do estatuto jurídico do escravo, mas também devido à luta pela cidadania e pela igualdade - por parte de algumas lideranças negras - que viam a designação de cor como uma forma de discriminação e vinculação com um passado escravista. Para o governo e alguns senhores, significava ideologicamente construir um país branco. Ou seja, não encontrar cor na documentação é um sintoma do significado político da nova situação de fim da escravidão. Com isso, pretende-se realizar uma investigação que explique melhor a partir de quais registros documentais se pode entender em parte como se organizava os serviços em Porto Alegre após o término da escravidão.